

Pedido de Informação número 2024002330116000539

A requerente já qualificada nos autos em epígrafe, com amparo no art. 16, I, da Lei 12.527 de 2011 e art. 14 da Lei nº 17.866 de 2013, vem, apresentar Recurso em segunda instância, o que faz nos seguintes termos:

I. PEDIDO DE INFORMAÇÃO NEGADO

I.I. DESCUMPRIMENTO DO ART. 13 DA LEI Nº 17.866 DE 2013

Observa-se que consta da resposta que a autoridade que proferiu a decisão, em primeira instância, não era a hierarquicamente superior à que adotou a decisão inicial, conforme expressa redação do art. 13 da Lei nº 17.866 de 2013.

A fim de garantir o respeito ao rito estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, é recomendável orientar as áreas competentes do órgão demandado, que sejam os recursos em primeira instância julgados pela autoridade superior.

Assim, vale ser destacado o entendimento da Controladoria-Geral da União – CGU, no PARECER nº 2434 de 27/09/2013, no sentido de que:

“(…)

15. Por fim, observamos que o recorrido descumpriu procedimentos básicos da Lei de Acesso à Informação. Nesse sentido, recomenda-se orientar a autoridade de monitoramento competente que reavalie os fluxos internos para assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos legais, em especial recomenda-se:

a) Informar em suas respostas ao cidadão a autoridade que tomou a decisão, a possibilidade de recurso, o prazo para propor o recurso e a autoridade competente para apreciar o recurso;

b) Que a Autoridade responsável por decidir o recurso de primeira instância seja diferente e hierarquicamente superior àquela que adotou a decisão inicial;

c) Que a Autoridade responsável por decidir o recurso de segunda instância seja a autoridade máxima da UFAC. d) Não se omitir nas respostas aos recursos apresentados adequadamente."

Observe-se, também, a decisão da CGU no Parecer nº 5232 de 04/07/2017:

"(...)

5. Garante-se, dessa maneira, que a solicitação do cidadão seja necessariamente examinada pelos níveis estratégicos do órgão ou entidade requerido, de maneira que a autoridade com maior competência decisória possa se manifestar sobre a demanda. Busca-se, desse modo, assegurar que o Poder Público não se omita em responder aos recursos impetrados pelo cidadão, uma vez que esta situação prejudica o exercício de direito garantido pela Constituição Federal.

6. Não se trata, portanto, de mero apego a formalismo. Ao contrário, é um mecanismo essencial de governança da Lei de Acesso à Informação, cujo objetivo é garantir que o novo paradigma de transparência pública não sofra retrocessos e a legislação deixe de cumprir seu propósito".

I.II. NEGATIVA SEM FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Em resposta ao Recurso em primeira instância, a Gerência Geral de Gestão de Pessoas apenas ratificou as alegações expostas na resposta inicial. Veja-se:

Despacho
SEPLAGTD/SEGEP/GGGEP/DAF Nº
10/2024

Recife, 26 de março de 2024

Prezada Senhora,

A Gerência Geral de Gestão de Pessoas informa que o Pedido de Acesso a Informação foi respondido no Despacho 8 Resposta ao Requerimento Sra.Elizabete (2419034) do SEI nº 12.002145/2023-19



Documento assinado eletronicamente por **MARIA TERESA COLLIER SELVA CAVALCANTI, Gerente Geral**, em 27/03/2024, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.recife.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2419996** e o código CRC **75C5FF85**.

02.003998/2024-60

2419996v1

Preliminarmente, em relação ao que foi pontuado pela Gerência de Gestão de Pessoas sobre o pleito postulado já ter sido totalmente atendido via Processo SEI nº 12002145/2023-19, cumpre explicar que a recorrente já se teceu considerações em sede Recurso em primeira instância acerca da desarrazoabilidade da mencionada resposta, nos termos do art. 3º da Lei nº 17.866 de 2013.

Reitere-se que as informações prestadas pelo órgão em 04/03/2024, quais sejam a exibição da CI nº 13/2018, da Declaração de 04/12/2015 e do Ofício nº 60/2018, constantes dos autos, não atendem o escopo do pedido de acesso à informação em análise.

Caberia, então, à Gerência Geral de Gestão de Pessoas apresentar os documentos que comprovassem suas alegações. Portanto, a argumentação vaga e abstrata não está adequada à hipótese do art. 10, da Lei nº 17.866 de 2013.

Com base na análise acima transcrita, denota-se que a simples alegação de que o pedido já foi atendido, não pode ser utilizado como fundamento para impedir a recorrente de ter acesso à informação.

A Controladoria-Geral da União – CGU externou, no Parecer nº 1415/2021, reconhecimento de que uma fundamentação vaga conectada a um risco genérico não pode ser admissível, porquanto é prevalente o direito fundamental de acesso à informação. Neste sentido:

“(…)

8. Essa justificativa não é específica o suficiente para embasar a restrição ao direito fundamental de acesso à informação. A decisão de restringir acesso a informações por elas constituírem peça-chave de processo decisório futuro precisa ser fundamentada em um risco concreto a uma decisão específica, não podendo-se admitir uma fundamentação abstrata conectada a um risco genérico. Isso porque, no final das contas, todo ato administrativo está conectado a um processo posterior; nesse sentido, toda atividade da administração é preparatória, em maior ou menor grau, para alguma decisão futura, e esse fato por si só não justifica a restrição de acesso. Para que seja Parecer - Recurso de 3ª Instância 1415 (2185436) SEI 00122.000129/2021-74 / pg. 21ícita a restrição de acesso com fundamento nesse dispositivo legal, é preciso maior grau de especificação e concretude do risco apontado.

9. A CGU já decidiu em sentido semelhante em precedente anterior, em que se discutia pedido de acesso a informações sobre a inserção de remédios no Programa Farmácia Popular. Nesse caso, a CGU não considerou possível a restrição de acesso com fundamento no art. 7º, §3º da Lei 12.527/11 por ter julgado vago e abstrato o risco à tomada de decisões alegado pelo órgão:

A restrição de acesso fundamentada no art. 7º, §3º da LAI c/c art. 20 Decreto 7.724/12, como uma exceção à regra da transparência, precisa ser devidamente evidenciada ou demonstrada pelo órgão que a alega. Dito de outra forma, não é suficiente, para perfectibilizar a restrição de acesso, a mera alegação de que a divulgação de informação prejudicará ato decisório, sem explicação concreta e específica de como e por que a divulgação da informação pode afetar o ato decisório vindouro. Sendo a transparência a regra geral, a exceção à regra deve ser devidamente justificada, o que não ocorreu no presente caso. Mesmo quando diretamente solicitado, o Ministério da Saúde não respondeu especificamente qual é a natureza das informações supostamente sigilosas. Não explicou em caráter específico porque a sua divulgação prejudicaria o processo decisório que vai resultar na reedição da Portaria que regulamenta o Programa Farmácia Popular e não estabeleceu previsão de data para a emissão do ato. A resposta apresentada possui um grau de vagueza que impede a formação de juízo de certeza sobre a existência de (NUP sigilo ou 25072.015971/2021-74)”

Desse modo, constata-se que, em consonância com o princípio da máxima publicidade, norteador da Lei de Acesso à Informação, não é possível dizer que o pedido foi atendido.

Justamente por isso, apresenta-se o presente recurso.

I.III. OBJETO RECURSAL NÃO CLASSIFICADO COMO SIGILOSO

As informações demandadas pelo cidadão não possuem natureza sigilosa nos termos da Lei 12.527/2011. Observe que objeto de tutela são os dados funcionais de agentes públicos em exercício de suas atribuições, portanto escapa à proteção de dados disposta no art. 15 da Lei nº 17.866 de 2013.

A Controladoria Geral da União, no Parecer nº 32 de 15/01/2018, já se manifestou quanto à admissibilidade de acesso às informações funcionais de agentes públicos, conforme segue:

“(…)

5. Em análise preliminar, observa-se que as justificativas apresentadas pela recorrida contrapõem-se ao entendimento da CGU ao acesso à informação sobre a identificação de agentes públicos¹ no exercício de suas atividades na administração direta e indireta, expresso pelos pareceres NUP-99901.001744/2016-21, NUP-60502.002019/2013-94, 60502.002388/2015-49, 60502.002431/2015-76, 60502.002433/2015-65, 60502.002441/2015-10, e NUP60502.001401/2015-42, desde que, embora essa informação possa ser classificada como pessoal, não trata da “vida funcional” dos empregados da recorrida e, por isso, não se remete ao âmbito da intimidade, privacidade, honra e imagem, mas sim aos “dados de identidade funcional” originados pelo vínculo desses empregados com a esfera pública, mesmo no âmbito da empresa pública, como é o caso”.

Sendo assim, não se vê óbice para o acesso das informações pela recorrente. É, neste caso, ilegítima a negativa de acesso à informação pela SEPLAGTD.

Diante do exposto, apresenta-se o recurso a este órgão de Controle, em nível de 2ª Instância, para solicitar que o pedido seja deferido.

Recife, 24 de abril de 2024